

## A POTENCIALIZAÇÃO DAS DESIGUALDADES EDUCACIONAIS NO CONTEXTO DA COVID-19

THE POTENTIALIZATION OF EDUCATIONAL INEQUALITIES IN THE COVID-19 CONTEXT

LA POTENCIALIZACIÓN DE LAS DESIGUALDADES EDUCATIVAS EN EL CONTEXTO COVID-19

Marinete da Frota Figueredo <sup>1</sup>  
Dinalva de Jesus Santana Macêdo <sup>2</sup>

**Manuscrito recebido em:** 04 de junho de 2021.

**Aprovado em:** 24 de junho de 2022.

**Publicado em:** 04 de julho de 2022.

### Resumo

O texto apresenta reflexões acerca da potencialização das desigualdades educacionais no contexto da pandemia provocada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2), com base em uma experiência vivenciada durante o ano letivo de 2020, por uma professora da Educação Básica que atua na Rede Municipal de Ensino de Guanambi/BA. Trata-se de um relato de experiência que aborda a respeito dos enfrentamentos dos/as docentes, e, sobretudo, dos/as discentes, ao ensino remoto, que foi desenvolvido isento de uma política sensível às realidades de muitas famílias, resultando em processos de potencialização das desigualdades educacionais, uma vez que poucos/as estudantes tiveram condições de dar continuidade aos estudos. Diante disso, em prol de uma educação equitativa, enfatiza quanto à necessidade de um olhar atento às políticas segregacionistas e de se pensar uma educação que considere a realidade social, cultural e econômica do povo brasileiro.

**Palavras-chave:** Desigualdades educacionais; Educação básica; Ensino Remoto; COVID-19.

### Abstract

The text presents reflections on the potentialization of educational inequalities in the context of the pandemic caused by the new coronavirus (SARS-CoV-2), based on an experience lived during the 2020 school year, by a teacher of Basic Education who works in the Municipal Education Network of Guanambi/BA. This is an experience report that addresses the confrontations of teachers, and, above all, students, with remote teaching, which was developed without a policy sensitive to the realities of many families, resulting in processes of potentialization of educational inequalities, since few students were able to continue their studies. Therefore, in favor of an

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Educação pela Universidade de São Paulo. Mestra em Educação pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Professora na Rede Municipal de Ensino de Guanambi. Integrante do Grupo de Pesquisas em Educação Física Escolar e do Núcleo de Estudo, Pesquisa e Extensão Paulo Freire.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0022-6128> E-mail: [marinetefrota@hotmail.com](mailto:marinetefrota@hotmail.com)

<sup>2</sup> Pós-doutoranda pelo Programa de Pós-graduação Profissional em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Doutora em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia. Professora no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia e na Universidade do Estado da Bahia. Coordenadora do Grupo de Estudos Educação e Relações Étnico-Raciais: saberes e práticas afro-brasileiras e quilombolas do Território de Identidade do Sertão Produtivo e do Núcleo de Estudo, Pesquisa e Extensão Educacional Paulo Freire.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8702-5048> E-mail: [dinalvamacedo@hotmail.com](mailto:dinalvamacedo@hotmail.com)

equitable education, it emphasizes the need to pay close attention to segregationist policies and to think about an education that considers the social, cultural and economic reality of the Brazilian people.

**Key words:** Educational inequalities; Basic education; Remote Teaching; COVID-19.

## Resumen

El texto presenta reflexiones sobre la potencialización de las desigualdades educativas en el contexto de la pandemia provocada por el nuevo coronavirus (SARS-CoV-2), a partir de una experiencia vivida durante el ciclo escolar 2020, por una docente de Educación Básica que actúa en la Red Municipal de Educación de Guanambi/BA. Este es un relato de experiencia que aborda los enfrentamientos de los docentes, y sobre todo de los estudiantes, con la enseñanza a distancia, que se desarrolló sin una política sensible a las realidades de muchas familias, resultando en procesos de potenciación de las desigualdades educativas, ya que pocos estudiantes pudieron para continuar sus estudios. Por lo tanto, a favor de una educación equitativa, enfatiza la necesidad de prestar mucha atención a las políticas segregacionistas y de pensar en una educación que considere la realidad social, cultural y económica del pueblo brasileño.

**Palabras-clave:** Desigualdades educativas; Educación básica; Enseñanza a Distancia; COVID-19.

## Introdução

Desde quando a covid-19 se alastrou no Brasil, foram difundidas nas redes sociais postagens que diziam: “todos/as estão no mesmo barco”. Por meio dessa expressão, todos os sujeitos são colocados em condição de igualdade em relação às consequências e aos enfrentamentos da pandemia. Não há dúvidas de que a rotina dos/as brasileiros/as, obrigatoriamente, passou por transformações. Contudo, romantizar o quadro é naturalizar e chancelar as desigualdades enfrentadas pelo país. Santos (2020) enfatiza que a pandemia não é cega e tem alvos privilegiados. Assim, protocolos simples de saúde voltados para a diminuição da proliferação do vírus evidenciaram a negação de direitos garantidos pela Constituição Federal de 1988 a inúmeros sujeitos e a grupos sociais e culturais do Brasil.

A tensão desse contexto impactou em demasia a educação brasileira, principalmente das escolas públicas que recebem alunos/as do campo, remanescentes quilombolas e indígenas, pois, como aponta Gomes (2020), esses povos já constroem suas vidas em meio às injustiças e violências. Com aulas presenciais suspensas de forma súbita, foi adotado o ensino remoto, que, desarticulado de políticas de formação docente e indiferente às condições discentes, desqualificou as ações pedagógicas e potencializou as desigualdades já enfrentadas pela educação brasileira.

O cenário provocado pela pandemia configura-se, portanto, numa lacuna fecunda e intensificadora de projetos conservadores e mercadológicos que já adentravam, impetuosamente, nas escolas públicas. De acordo com Palú (2020), houve uma crescente onda de interpelações e de assédios de empresas privadas, institutos e fundações, com vistas a adentrar no espaço público.

Essa situação é reflexo da organização desigual e excludente da sociedade que vem sendo naturalizada com o fortalecimento da direita e da extrema direita, as quais, de acordo com Gomes (2020), vêm tentando destruir o Estado Democrático de Direito e instaurar um Estado Autoritário, regido pelo mercado capitalista e pela destruição de direitos, condição que representa um processo árduo de enfrentamento, no que se refere às lutas pela educação pública e sua praticabilidade a todos/as, pela democracia e pelo reconhecimento da pluralidade cultural que tece a história da sociedade brasileira.

Em virtude disso, com a perspectiva de somar esforços a favor do combate à política classificatória, seletiva e excludente, buscou-se por meio deste texto suscitar reflexões acerca da potencialização das desigualdades educacionais no contexto de crise sanitária, econômica e social, em decorrência da pandemia do novo coronavírus (SARS-CoV-2), tendo como base experiências vivenciadas durante as duas primeiras unidades do ano letivo de 2020, enquanto docente da Educação Básica.

Para isso, o texto foi organizado em três seções, seguidas pelas considerações finais. Na primeira, aborda-se acerca dos traços metodológicos; na segunda, discute-se os movimentos da educação pública brasileira e o contexto de pandemia; na terceira, expõe-se acerca da educação remota por meio de uma experiência docente.

## **Traços Metodológicos**

Este texto trata de um relato de experiência que, conforme Mussi, Flores e Almeida (2021), é um tipo de produção de conhecimento alusivo às vivências acadêmicas e/ou profissionais. Assim, as reflexões produzidas aqui são desdobramentos de experiências vivenciadas no contexto de pandemia por uma professora do Ensino Básico que atua na

Rede Municipal de Ensino de Guanambi, município que faz parte da região sudoeste da Bahia, a 796 km da cidade de Salvador. Refere-se, especificamente, ao ensino remoto e às operações acerca desse modelo emergencial de ensino durante as duas primeiras unidades do ano letivo de 2020.

Não se trata, portanto, de um relato referente a uma atividade específica, mas de experiências desdobradas em consequência de acontecimentos no contexto pandêmico, como abordado anteriormente. Essas experiências são atravessadas por ações de uma rede de ensino e de uma instituição específica, de pequeno porte, onde a professora atua, localizada numa região periférica da cidade e que contempla a Educação Infantil e o Ensino Fundamental (anos iniciais e finais).

Essa escola atende alunos/as do bairro onde está situada, de bairros vizinhos e também da zona rural, pois a rede não possui escolas no campo desde 2005 quando houve nucleação. De modo geral, os/as estudantes atendidos pela escola são de classe social baixa, de modo que muitos/as enfrentam situações de vulnerabilidades.

Vale destacar que a experiência é aqui entendida como o que nos passa, nos acontece, nos toca e nos afeta de algum modo (LARROSA BONDÍA, 2002). Nesse sentido, o texto, como já evidenciado, é constituído por acontecimentos vivenciados por uma docente da Educação Básica, que, ao considerar a educação enquanto um direito social assegurado pela Constituição Federal (BRASIL, 1988), sentiu-se tocada pelas ocorrências do contexto da pandemia, buscando na escrita um meio de capturá-las e denunciá-las.

### **A educação pública brasileira e o contexto da pandemia**

Embora a educação seja um direito social de todos/as os/as brasileiros/as, as disparidades históricas marcadas por processos de exploração e de concentração de poder nos diferentes setores permitem que sujeitos e grupos sociais e culturais historicamente subalternizados permaneçam invisíveis e à margem dos projetos educacionais do país (ARAÚJO, 2020).

De acordo com Neira e Nunes (2009), mesmo que a legislação e a produção acadêmica mais recente tenham apontado a presença e a necessidade de reconhecimento da diversidade cultural e social nas escolas, os currículos oficiais são pautados por uma lógica padronizadora alicerçada no mercado produtivo e no saber acumulado pela burguesia, situação que torna a escola um espaço de setores e de grupos privilegiados, bem como de silenciamento de múltiplas culturas, identificações e classes sociais.

Nos últimos anos, essa condição ganha novas roupagens no debate da educação pública brasileira por intermédio de projetos neoliberais, que vêm tornando a escola um eixo de desenvolvimento econômico, submetendo-a às regras do mercado numa operação de livre iniciativa educacional, condição que valida a redução da esfera pública e enfraquece as políticas públicas direcionadas ao bem-estar social, a igualdade de direitos dos sujeitos e, pretensiosamente, naturaliza as desigualdades da sociedade (FREITAS, 2018).

[...] se o mundo é pautado pela concorrência, há que se preparar as crianças para “competir” nele, tal como ele é. Nenhuma perspectiva de humanização ou transformação social é agregada aos processos educativos, daí seu caráter reacionário e conservador. [...] Nestas condições, a educação está sendo sequestrada pelo empresariado para atender a seus objetivos de disputa ideológica. A educação, vista como um “serviço” que se adquire, e não mais como um direito, deve ser afastada do Estado, o que justifica a sua privatização. Do ponto de vista ideológico, a privatização também propicia um maior controle político do aparato escolar [...] (FREITAS, 2018, p. 28-29).

Por essa via, a educação pública, em vez de ser guiada por princípios de igualdade política e de justiça social, sendo submetida a uma concepção de mercado, torna-se uma mercadoria e, conseqüentemente, um espaço segregativo, havendo uma tendência para potencialização de separações de grupos sociais e étnicos na escola e nos demais espaços da sociedade, pois o universo da concorrência favorece ainda mais os que já possuem as melhores condições econômicas, sociais e culturais (LAVAL, 2019).

Palú e Petry (2020) destacam no quadro de ampliação dos projetos neoliberais no âmbito educacional a Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016, que tem como objetivo delimitar por 20 anos os gastos públicos, nos quais a educação está incluída; o Movimento Escola sem Partido; a defesa da legalização do *homeschooling* (ensino domiciliar) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Segundo Santos (2020), esse processo de naturalização das diferenças e de negligência em relação ao estado social, cultural e econômico de múltiplos sujeitos escolares é resultante do crescimento da extrema direita em todo o mundo, que é caracterizada pela manipulação grosseira dos instrumentos democráticos, em que incluem o nacionalismo excludente, a xenofobia, o racismo, a apologia de Estado de exceção securitário, o ataque à liberdade de expressão, à investigação científica, ao discurso de ódio, etc.

Conforme Palú (2020) e Reis (2021), essa conjuntura que rasura a educação, enquanto um direito, foi potencializada pelo cenário de pandemia provocado pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2) que forçou as escolas brasileiras a suspenderem as aulas presenciais e a criarem alternativas de ensino. Por essa via, as instituições educacionais, de forma brusca, passaram a realizar o ensino remoto, que se trata de uma experiência nova e se assemelha com a educação à distância (EAD).

De acordo com Behar (2020), o termo remoto significa distante no espaço, ou seja, refere-se a um distanciamento geográfico. Dessa maneira, o ensino é considerado remoto devido à situação que impede professores/as e alunos/as de frequentarem as instituições educacionais. Para a autora, trata-se de um tipo de ensino emergencial, que rompe com os planejamentos curriculares de grande parte das instituições educacionais.

Esse tipo de ensino ocorre seguindo princípios das aulas presenciais por meio de videoaula, aula expositiva por webconferência e com atividades em um sistema virtual de aprendizagem (AVA). A presença dos/as professores/as e dos/as alunos/as é substituída por uma presença digital numa aula *online*, o que é chamado de presença social. Já a educação à distância (EAD) possui um currículo pensado e organizado para esse modelo pedagógico (BEHAR, 2020).

Essa condição de ensino remoto, de acordo com Reis (2021), tornou-se uma grande barreira para inúmeros/as estudantes brasileiros/as, tendo em vista a realidade das famílias que é bastante heterogênea. Ele ressalta que:

se nos centros urbanos o problema ganha os contornos de um pandemônio, nos rincões, zonas rurais e periferias brasileiras, o cenário é devastador. Fato é que a inépcia de políticas públicas, longe de atenuarem o cenário aflitivo, expõe a ausência de medidas efetivas para debelar não só a disseminação viral, mas também as distâncias entre as pessoas que têm condições efetivas de permanência e acesso à educação e aquelas que são excluídas do processo, seja pela falta dos meios e estruturas materiais, seja pela impossibilidade de dispor de tempo e espaço adequados para o que lhes é demandado (REIS, 2021, p. 2).

Segundo pesquisa realizada pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação (2019), um a cada quatro brasileiros não usa internet, o que representa 47 milhões de não usuários (26%). A pesquisa mostra também os seguintes dados: houve um aumento de usuários na área rural, passando dos 50%; o celular é o dispositivo mais usado (99%); 58% dessa população acessam internet somente pelo celular, proporção que chega a 85% na classe DE; o uso exclusivo do celular também predominou entre a população preta (65%) e parda (61%), frente a 51% da população branca.

Uma pesquisa divulgada pelo jornal G1 do dia 10 de setembro de 2020 retrata um pouco desse contexto vivenciado por alguns grupos sociais e culturais, constatando que o número de estudantes negros/as, pardos/as e indígenas sem atividade escolar durante a pandemia triplica o dos/as brancos/as. 4,3 milhões de alunos/as não brancos/as, isto é, negros/as, pardos/as e indígenas da rede pública ficaram sem atividade escolar em casa durante a pandemia, já entre os/as estudantes brancos/as o número foi bem menor (1,5 milhão).

Ainda de acordo com o jornal, essa mesma pesquisa mostrou a desigualdade regional entre os estados do Norte e do Nordeste, do Sul e do Sudeste. O estado com maior diferença proporcional entre estudantes brancos/as e não brancos/as matriculados/as sem atividades é o Amazonas, sendo 212.242 não brancos/as e 28.227 brancos/as. Na sequência, está a Bahia com 742.115 não brancos/as e 120.995 brancos/as sem atividades. O Amapá, em seguida, possui 50.256 não brancos/as sem atividades para 9.310 brancos/as.

Gomes (2020) enfatiza que os/as negros/as estão entre o público mais exposto ao coronavírus, devido as suas condições de dificuldades relacionadas a emprego, a moradia, a saneamento básico e de maior necessidade do uso dos serviços do Sistema Único de Saúde (SUS), o que afeta, drasticamente, a educação escolar. A autora ressalta que o

isolamento social e as medidas de higienização que representam as iniciativas de cuidado e de não contaminação tornam-se difíceis e até impossíveis para pessoas pobres e negras, tendo em vista os seus enfrentamentos já evidenciados. Em relação a essa condição, Gomes (2020) adverte que:

parece ser impossível não enxergar a cor da pandemia do novo coronavírus. Mas a invisibilização racial provocada pelo racismo estrutural e pelo mito da democracia racial, juntamente com o egoísmo das elites econômicas e políticas e a lógica privada do capitalismo aguçam ainda mais a naturalização da desigualdade racial e socioeconômica em tempos de Covid-19. O Estado, que pratica a necropolítica, e a sociedade egoísta não se importam com essas vidas. Para eles, a morte em situações precárias será sempre o destino da população negra e das pessoas pobres (GOMES, 2020, p. 05).

Frente a esse quadro, Gomes (2020) chama a atenção para a necessidade de repensar os projetos da sociedade, especificamente, da educação. Segundo ela, a luta contra as desigualdades se associa ao antirracismo, ao questionamento do capitalismo e à busca pela volta da normalidade democrática e do Estado Democrático e de Direito. Assim, a autora enfatiza a importância de lutar contra a extrema direita e também de mudar as configurações de forças no Congresso Nacional, nas assembleias legislativas e nas câmaras municipais, buscando eleger candidatos/as de pensamentos equânimes. Essa luta, para Gomes (2020), deve acontecer mediante diálogos, negociação e escuta atenta aos movimentos sociais, às redes de solidariedade e aos movimentos contra-hegemônicos.

Com essa ótica, Santos (2020) pontua que pensar numa sociedade humana requer uma mudança epistemológica, cultural e ideológica que apoie caminhos políticos, econômicos e sociais e que garantam a continuidade da vida humana digna no planeta. Em outras palavras, o autor propõe o rompimento da quarentena política, cultural e ideológica do capitalismo.

O alerta do autor coaduna com o posicionamento de Moreira e Silva (2011) em relação ao currículo escolar. Ao chamarem à atenção quanto às articulações e os desdobramentos desse dispositivo, os autores enfatizam que não se trata de um elemento neutro e desinteressado do conhecimento social, mas de um instrumento que transmite visões particulares e está vinculado às formas de organização da sociedade e da educação, cujos movimentos são atravessados por tensões que classificam sujeitos e grupos culturais.



Com essa compreensão, Candau (2018) defende uma educação intercultural crítica que rompa com os movimentos de marginalização e homogeneização e propicie condições equitativas a todos/as os/as estudantes. De acordo com a autora, trata-se de uma perspectiva que visa a justiça curricular do ponto de vista social, econômico, cognitivo e cultural, reivindicando relações dignas para todos os grupos socioculturais.

### **A educação remota e uma experiência docente no contexto da pandemia**

Um das estratégias de combate às desigualdades educacionais é manifestar-se acerca dos desafios enfrentados no exercício docente, principalmente, em contextos específicos e emergenciais. Assim, considera-se significativo externar experiências vivenciadas na docência diante do cenário de pandemia, ainda que de forma sintetizada.

Em face do quadro provocado pela covid-19 e mediante decreto municipal, as escolas guanambienses suspenderam as aulas no dia 17 de março de 2020. Após três meses sem atividades pedagógicas, a rede de ensino passou a adotar as aulas remotas, com atividades interativas, que, desarticuladas de políticas de amparo aos/às estudantes e de formação de professores/as, tornaram-se um grande desafio.

Diante da decisão de adoção das aulas remotas, foi solicitado às escolas, sobretudo, aos/às professores/as, a formação de grupos de *WhatsApp* vinculados às turmas. Nessa etapa, embora houvesse certa resistência por parte de alguns profissionais, tendo em vista, as limitações dos aparelhos celulares e a transferência de um equipamento de uso pessoal para uso profissional, esse aplicativo tornou-se o principal meio de trabalho pedagógico. Dessa maneira, todas as articulações da rede de ensino e da escola voltadas para os/as alunos/as foram desenvolvidas por esse aplicativo.

A realidade da educação de Guanambi, no tocante aos protocolos de enfrentamento à pandemia, especificamente da escola à qual o relato se refere, não foi diferente daquelas divulgadas pelos jornais e pelas mídias sociais. Nesse processo, diversas dificuldades foram enfrentadas tanto pelos/as professores/as quanto pelos/as alunos/as. Sem a oferta de cursos de capacitação, esses profissionais foram obrigados a lidar com a

nova condição, não apenas por meio de contribuições de colegas, da coordenação da escola, das coordenadoras de área de ensino, mas, principalmente, por intermédio da experiência, pois, conforme evidenciou o estudo de Ribeiro Junior et al (2020), muitos docentes não possuem preparo para incluir novas tecnologias em suas práticas pedagógicas.

Em relação aos/as estudantes, infere-se que a condição social de um grande número deles/as e de suas famílias tenha sido o fator que mais representou desafios para o desenvolvimento das aulas remotas. Embora a escola tenha conseguido inserir a maioria dos/as alunos/as nos grupos de *WhatsApp*, a participação e o envolvimento deles/as não foram satisfatórios.

Frente a essa situação, os/as professores/as buscaram saber dos/as estudantes, por meio dos grupos das turmas no *WhatsApp* e também mediante mensagens e ligações para cada aluno/a, quanto as suas condições e em relação aos motivos de não estarem acompanhando as atividades desenvolvidas. Nesse processo foi identificado que: alguns/mas alunos/as, por utilizarem celulares de pais, mães, irmãos e irmãs, não conseguiam acompanhar as atividades desenvolvidas nem interagir com a turma e com os/as professores/as nos horários de aulas; outros/as não tinham internet e aparelhos com a qualidade necessária para o acompanhamento; compartilhavam aparelhos com os irmãos e irmãs estudantes; não se sentiam motivados/as; passaram a trabalhar o dia inteiro.

Essas informações deixaram evidente que os desafios da educação remota envolvem questões relacionadas ao acesso às tecnologias, mas não se restringem a isso. De acordo com Ferreira (2020), há um letramento digital insuficiente e também uma atualização da negação de direitos humanos e da cidadania a sujeitos e a grupos sociais e culturais historicamente silenciados no Brasil.

A condição dos/as alunos/as tornou-se um grande problema para o desenvolvimento de atividades pedagógicas. A fim de alcançar um maior número de estudantes e de minimizar os impactos negativos do contexto na vida escolar deles/as, foram tomadas algumas medidas. Para aqueles/as que não tinham acesso à internet e que por outra razão não conseguiam acompanhar as aulas, foram feitas impressões das atividades desenvolvidas, e estas foram entregues na escola semanalmente.

Embora as impressões de atividades pedagógicas tenham sido uma alternativa para os/as estudantes que enfrentavam muitas dificuldades em relação ao acesso, a interação deles/as com os/as professores/as ficou impossibilitada. Acerca dessa condição, Castro (2020), ao discutir a respeito da educação remota na educação brasileira e no Distrito Federal, especificamente, na rede estadual, questiona:

Será que o apostilamento prescinde da interação virtual com os professores? Qual será o reflexo dessa medida no aprendizado de quem não tem acesso on-line? Será que o Estado cumpre seu compromisso educacional com a sociedade brasileira apenas enviando apostilas impressas para os alunos sem equipamentos e sem internet? (CASTRO, 2020, p. 03).

O acesso às atividades desenvolvidas desarticulado de outras ações de assistência e da interação com o/a professor/a não garante o aprendizado dos/as alunos/as e, por isso, acaba também sendo uma condição de exclusão. Contudo, a escola por si só não consegue garantir ao/à aluno/a um acesso com qualidade diante dos desafios enfrentados, especialmente, em um cenário de ensino emergencial.

Diversos foram os esforços por parte da escola e do corpo docente para a melhoria das atividades remotas. De acordo com Xião *et al* (2020 *apud* RIBEIRO JUNIOR *et al*, 2020), um dos grandes desafios do/a educador/a, em época de pandemia, é tornar as aulas *online* algo atrativo aos/as seus/suas alunos/as, mantendo-os/as atentos/as, concentrados/as e interagindo. Assim, na tentativa de qualificá-las e também de motivar os/as estudantes a participarem, foi utilizado o aplicativo *Google Meet* como meio de interação e de tematização. Entretanto, embora tenha sido uma experiência bem-vinda por aqueles/as que participaram, tendo em vista a possibilidade de uma melhor conexão entre colegas e com os/as professores/as, não foi possível permanecer com essa alternativa, por também alcançar pouquíssimos/as estudantes.

Ainda na tentativa de resgatar os/as estudantes aos estudos, a escola realizou uma reunião presencial com os pais e as mães<sup>3</sup> e entrou em contato com os/as alunos/as por ligações telefônicas. Além disso, dentro das condições do contexto, a diretora e as funcionárias da escola fizeram visitas a algumas famílias e, na oportunidade, entregaram atividades que estavam sendo desenvolvidas de forma remota.

---

<sup>3</sup> Tendo em vista as dificuldades de internet e de manuseio de aplicativos, a reunião presencial era a única forma de falar com os pais e as mães dos/as alunos/as, porém esta foi realizada seguindo todos os protocolos de saúde.

Nesse processo, somadas às reuniões da Instituição referida, muitas outras reuniões foram realizadas pela rede com diretores/as, professores/as e coordenadores/as. Especificamente, nos encontros voltados para os/as professores/as, eram notáveis a angústia, a preocupação e a indignação por parte de muitos/as desses/as profissionais em relação aos desafios postos e ao posicionamento da gestão municipal diante deles, pois, embora houvesse esforços dos/as docentes e das instituições de ensino, os resultados permaneciam insatisfatórios.

Vale dizer que, nos últimos meses do ano, a rede adotou a plataforma *Google Classroom*. Contudo, houve apenas uma apresentação desta para os/as professores/as. Dessa maneira, o ensino remoto da escola, durante o ano de 2020, e também da rede à qual ela faz parte, deu-se por meio do aplicativo *WhatsApp* e de impressões das proposições pedagógicas. Pelo aplicativo, devido às dificuldades enfrentadas pelos/as alunos/as, os/as professores/as ficaram disponíveis nos três turnos, com o objetivo de diminuir os impactos do contexto no processo de aprendizagem dos/as estudantes.

Foi um trabalho desafiador. As medidas tomadas não foram suficientes para alcançar todos/as os/as estudantes e fazer com que eles/as dessem continuidade aos estudos. A utilização do aplicativo e/ou de algum tipo de mídia, por mais comuns e importantes que sejam, não é o bastante para garantir a realização de um trabalho pedagógico inclusivo e de qualidade. Para isso, segundo Camacho *et al.* (2020), é necessário compreender a diversidade, a acessibilidade e os princípios de inclusão, atentando-se, sobretudo, para as demandas dos/as estudantes em situações de vulnerabilidade social.

Esse quadro deixa evidente quais estudantes têm possibilidades de acompanhar as atividades pedagógicas virtuais e a necessidade de investimentos em políticas públicas voltadas para a melhoria das condições de vida de inúmeras famílias brasileiras e para a universalização da internet, sobretudo, de qualidade. Não se pode pensar em nenhum tipo de atividade à distância, seja ela entendida como remota ou não, sem que seja considerada a realidade social, cultural e econômica dos/as alunos/as.

O cenário revela também que, embora o Brasil seja marcado pela pluralidade cultural, por sujeitos e por grupos sociais múltiplos, e esta característica seja referenciada como categórica para a construção de ações direcionadas para a melhoria da qualidade da educação nas diferentes leis e documentos que orientam o sistema educacional brasileiro, as escolas permanecem sendo estruturadas por iniciativas homogeneizadoras, o que demonstra e ratifica a emergência de um olhar atento acerca dos movimentos padronizadores e excludentes que avançam no país, voltando a atenção à relação, não superada, entre educação e desigualdades, como bem alerta Arroyo (2010).

### **Considerações finais**

O objetivo do texto foi suscitar reflexões acerca da potencialização das desigualdades educacionais no contexto de pandemia, com base em experiências vivenciadas pela professora, enquanto docente da Educação Básica.

Por meio do texto, buscou-se chamar atenção para os enfrentamentos que marcaram a inserção e a realização do ensino remoto na Rede Municipal de Ensino de Guanambi/BA no contexto de pandemia, e, frente a isso, para a emergência de uma educação atenta para os processos excludentes e para o reconhecimento das condições econômicas, culturais e sociais dos/as estudantes.

Acredita-se que a educação não pode ser construída mediante a naturalização e a manutenção de privilégios, mas com políticas públicas que visem condições equitativas a todos/as os/as estudantes, pois, como Oliveira (2018) enfatiza, tratar igualmente os desiguais é potencializar as desigualdades.

É necessário o fortalecimento das parcerias entre instituições do ensino básico e do ensino superior, entidades públicas, movimentos sociais e identitários e demais forças da sociedade, no sentido de somar esforços e combater os projetos segregacionistas que asfixiam a democracia brasileira, ameaçam e negam direitos de grupos sociais e culturais do país.

Sugere-se, portanto, a realização de estudos que busquem analisar o contexto educacional de forma aprofundada, a fim de acompanhar os enfrentamentos dos/as professores/as e dos/as discentes e colocar em xeque a política excludente que atravessa os currículos das escolas brasileiras. Além disso, acredita-se que é importante que mais docentes tornem públicos os desafios vivenciados nos diversos contextos do ensino, sejam eles vistos como emergenciais ou como não emergenciais.

## Referências

- ARAÚJO, Jurandir de Almeida. Educação e desigualdade: a conjuntura atual do ensino público no Brasil. **Revista Direitos Humanos e Democracia**, n.3, p.125-157, jan./jun., 2014. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/direitoshumanosedemocracia/article/view/2523>. Acesso em: 15 abr. 2021.
- ARROYO, Miguel. Políticas educacionais e desigualdades: à procura de novos significados. **Educação e Sociedade**, Campinas, v.31, n.113, p. 1381-1416, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/WGyPfcRb7yFJPmFsj5pSxPx/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 03 jun. 2021.
- BEHAR, Patrícia Alejandra. **O Ensino Remoto Emergencial e a Educação à Distância**. UFRGS, 2020. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/coronavirus/base/artigo-o-ensino-remoto-emergencial-e-a-educacao-a-distancia/> Acesso em: 2 ago. 2020.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Presidência da República, [2016]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 26 mar. de 2022.
- CAMACHO, Alessandra Conceição Leite Funchal *et al.* Alunos em vulnerabilidade social em disciplinas de educação à distância em tempos de COVID-19. **Research, Society and Development**, v.9, n.7, p.1-12, 2020. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/341389592\\_Alunos\\_em\\_vulnerabilidade\\_social\\_em\\_disciplinas\\_de\\_educacao\\_a\\_distancia\\_em\\_tempos\\_de\\_COVID-19](https://www.researchgate.net/publication/341389592_Alunos_em_vulnerabilidade_social_em_disciplinas_de_educacao_a_distancia_em_tempos_de_COVID-19). Acesso em: 28 mar. 2021.
- CANDAU, Vera Maria Ferrão. **Didática: tecendo/reinventando saberes e práticas**. 1ª edição, Rio de Janeiro: 7 Letras, 2018. 317 p.

CASTRO, Sirlene Rodrigues Ferreira. A infoexclusão escancarada pela COVID-19 e as atitudes professorais na perspectiva da sociologia das ausências e emergências. **Educitec - Revista de Estudos e Pesquisas sobre Ensino Tecnológico**, Manaus, Brasil, v.6, n.e155020, p.1-15, 2020. Disponível em: <https://sistemascmc.ifam.edu.br/educitec/index.php/educitec/article/view/1550>. Acesso em: 15 abr. 2021.

FERREIRA, Suiane Costa. Apartheid Digital em Tempos de Educação Remota: atualizações do Racismo Brasileiro. **Interfaces Científicas**, Aracaju, v.10, n.1, p.11-24, 2020. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/educacao/article/view/9045>. Acesso em: 18 abr. 2021.

FREITAS, Luiz Carlos de. **A reforma empresarial na educação: nova direita, velhas ideias**. Expressão Popular. São Paulo, 2018. 160 p.

GOMES, Nilma Lino. A questão racial e o novo coronavírus no Brasil. **Trabalho e Justiça Social: Friedrich Ebert Stiftung**. Junho, 2020, p. 1-11. Disponível em: <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/16315.pdf>. Acesso em: 08 abr. 2021.

LARROSA BONDÍA, Jorge. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista Brasileira de Educação**, n.19, p.20-28, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/Ycc5QDzZKcYVspCNspZVDxC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 26 mar.2022.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa: neoliberalismo em ataque ao ensino público**. São Paulo: Boitempo, 2019. 326 p.

MOREIRA, Antonio Flávio; SILVA, Tomaz Tadeu da. **Currículo, Cultura e Sociedade**. 12 Ed. São Paulo: Cortez, 2011. 173 p.

MUSSI, Ricardo Franklin de Freitas; FLORES, Fábio Fernandes; ALMEIDA, Cláudio Bispo de. Pressupostos para a elaboração de relato de experiência como conhecimento científico. **Práxis Educacional**, v.17, n.48, p.60-77, 2021. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/9010>. Acesso em: 16 mar. 2022.

NEIRA, Marcos Garcia; NUNES, Mário Luiz Ferrari. **Educação Física, Currículo e Cultura**. São Paulo: Phorte, 2009. 288 p.

OLIVEIRA, Inês Barbosa. Políticas curriculares no contexto do golpe de 2016: debates atuais, embates e resistências. In: AGUIAR, Márcia Ângela da S.; DOURADO, Luiz Fernando. (Orgs.) **A BNCC na contramão do PNE 2014-2024: avaliação e perspectivas**. Recife: ANPAE, 2018. p.55-59. Disponível em: <https://www.anpae.org.br/BibliotecaVirtual/4-Publicacoes/BNCC-VERSAO-FINAL.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2020.

PALÚ, Janete. A crise do capitalismo, a pandemia e a educação pública brasileira: reflexões e percepções. In: PALÚ, Janete; SCHÜTZ, Jenerton Arlan; MAYER, Leandro. **Desafios da Educação em tempo de pandemia**. Cruz Alta, 2020. p.87-106

PALÚ, Janete; PETRY, Oto João. Neoliberalismo, globalização e neoconservadorismo: cenários e ofensivas contra a Educação Básica pública brasileira. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v.15, p.1-21, 2020. Disponível em: <https://revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/15317>. Acesso em: 14 maio. 2021.

REIS, Diogo dos. Pandemia e desigualdades raciais na educação brasileira: olhares crí(p)ticos. [Internet]. **SciELO Preprints**, p. 1-10, 2021. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/2711>. Acesso em: 26 mar. 2022.

RIBEIRO JUNIOR, Manoel Cicero, *et al.* Ensino Remoto em Tempos de Covid-19: aplicações e dificuldades de acesso nos Estados do Piauí e Maranhão. **Boletim de Conjuntura**, v.3, n.9, p.107-126, 2020. Disponível em: <https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/66>. Acesso em: 12 fev. 2021.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A cruel pedagogia do vírus**. Coimbra, Almedina, 2020. 32 p.

SOUZA, Viviane. Números de estudantes brasileiros, pardos e indígenas sem atividade escolar durante a pandemia é quase o triplo que de brancos. **GloboNews**. 10 de setembro de 2020. Disponível em: [https://g1.globo.com/educacao/noticia/2020/09/10/numero-de-estudantes-negros-pardos-e-indigenas-sem-atividade-escolar-durante-a-pandemia-equase-3-vezes-maior-que-de-brancos.ghtml?fbclid=IwAR1\\_7QLfAvnaglyKxPdh447oR5cuoQMEWporWTblyZXJe5OVERhumS8mCM](https://g1.globo.com/educacao/noticia/2020/09/10/numero-de-estudantes-negros-pardos-e-indigenas-sem-atividade-escolar-durante-a-pandemia-equase-3-vezes-maior-que-de-brancos.ghtml?fbclid=IwAR1_7QLfAvnaglyKxPdh447oR5cuoQMEWporWTblyZXJe5OVERhumS8mCM) Acesso em: 15 set.2020.

TIC DOMICILIOS. **Pesquisa sobre o Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nos Domicílios Brasileiros**. Comitê Gestor da Internet no Brasil, São Paulo, 2020. 339 p. Disponível em <http://www.cetic.br/>. Acesso em: 19 jan. 2021.